



### **Ter escravo em Rio Grande**

Marcia Naomi Kuniuchi\*

Se a obra de Kátia Matoso de Queiroz contribuiu para retratar a praça de Salvador como o mais ativo centro urbano do Brasil colonial, guardada as devidas proporções, a cidade do Rio Grande, localizado no extremo sul do país, também, possui uma importância estratégica no comércio da fronteira meridional do Brasil. Tanto que, em minhas pesquisas sobre o comércio do Rio de Janeiro, de meados do século XIX, o porto gaúcho ocupara a terceira posição em termos de movimentação de navios com a capital brasileira.

Nesse sentido, um dos objetivos deste artigo é comprovar a importância de Rio Grande como um importante centro comercial, fazendo parte integrante das redes mercantis que cobriam o comércio do Atlântico sul.

Desde a sua fundação, em 1737, a cidade abrigava o último porto brasileiro, antes da fronteira meridional do Brasil e da entrada do Rio da Prata. Em função de sua posição geográfica, o comércio e a segurança militar estão na origem de seu povoamento.

Desde o final do século XVIII, a disseminação da indústria do charque viria impulsionar a economia da região, dando origem a unidades produtivas escravistas nos moldes daqueles que caracterizavam a sociedade colonial brasileira. A produção de couros e charque para exportação ganhou tal notoriedade, levando inclusive ao desmembramento do território para a criação da vila de Pelotas, cuja autonomia foi decretada em 1832.

Se Pelotas ficou logo identificada com a produção do charque, a vila do Rio Grande, além de manter as atividades mercantis, ainda centralizava um território de grandes proporções, contendo muitas propriedades agrícolas, seja de criadores de animais e de salga

---

\* Professora adjunto da Fundação Universidade Federal do Rio Grande

da carne. Esse período coincide com o segundo vilamento, quando a vila de Rio Grande de São Pedro foi reinstalada, por alvará de 1809.<sup>1</sup>

Nesse sentido, a elite riograndina tinha representantes de diferentes ramos, tanto rural como urbana, o que lhe conferia um caráter diferenciado na província, cuja produção, tradicionalmente, estava associada à pecuária. Ao contrário das outras regiões gaúchas, Rio Grande atraía uma elite interessada no porto, que integrava o circuito mercantil do Atlântico sul.

Porém, tanto o agente mercantil como o produtor rural necessitava do braço escravo para desenvolver suas atividades, este, com necessidade de um maior contingente de cativos, principalmente na indústria do charque; e o outro, com um sistema de trabalho que requeria trabalhadores para serviços ocasionais, seja no embarque e desembarque de mercadorias, seja no transporte dessas mercadorias.

Se o porto conferia um estatuto particular ao mundo do trabalho, o escravo está presente em praticamente todas as atividades. Isso pode ser verificado nos livros da Cúria do Rio Grande, que contém registros de batismo e óbito de escravos. Essas informações foram coletadas e tabuladas pela professora Maria Luiza Bertuline Queiroz e estão organizadas em fichas, identificadas pelo nome do proprietário. As fichas estão à disposição para consultas no Centro de Documentação Histórica da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).<sup>2</sup>

Os registros envolvem cerca de 2.900 proprietários, que comunicaram os nascimentos e falecimentos da população escrava do Rio Grande. É evidente que a posse de um ser humano para o trabalho produtivo e doméstico requeria um certo cabedal, ainda mais que em uma sociedade de base escravista, cujas fortunas eram amealhadas em função do número de escravos. Gorender afirma que, muitas vezes, o escravo cumpria a função de meio de troca. (GORENDER, 1987, p.181)

Em razão dessa valoração, a análise desses registros pode dar uma dimensão da elite proprietária do Rio Grande. Mesmo que o número de batismos e óbitos não represente a quantidade total de escravos de cada proprietário, é possível ter uma dimensão do plantel de trabalhadores cativos, que pode dar uma dimensão proporcional ao número absoluto.

---

<sup>1</sup> A identificação de nomes de habitantes, que participaram, no primeiro decênio, no “progresso da Villa” aparece no artigo de Antenor de O. Monteiro – “Os Homens do Segundo Vilamento do rio Grande”. *RIHGRS*, 1947 – (nº 1054 a 108)

<sup>2</sup> Parte dos resultados estão apresentados no livro: Maria Luiza Bertuline Queiroz – *A vila do Rio Grande de São Pedro. 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987

Além dessa advertência, a grande dificuldade foi a quantidade imensa de nomes, que dificultou adentrar nessa população, tanto de proprietário, como de escravos. Foi necessário fazer um recorte temporal, cuja justificativa está relacionada às outras fontes disponíveis: a movimentação portuária, de 1848 a 1854; e um livro registro de eleitores de 1853. Essas duas fontes trazem informações de meados do século XIX e por isso, os registro de batismos e óbitos selecionados devem estar em sintonia com essas datas, ou seja, vão ser analisados os proprietários de escravos em atividade nesse período.

Para adentrar nesse universo de proprietários, inicialmente, foram filtrados nomes com maior número de registros de batismo e/ou óbito, apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Proprietários de Escravos com maior número de registros<sup>3</sup>

Proprietário	Profissão	Eleitores	No. de registro de batismos	No. de registro de óbitos
João Antonio Lopes	Comerciante/ proprietário	1853/82a	27	77 (1806-62)
Miguel da Cunha Pereira	Proprietário (2º.vil)	1853/49a	33	58 (1785-60)
Antonio José Afonso Guimarães	Comerciante (RJ)		34	44 (1808-50)
Joaquim Martins de Freitas	Proprietário (2º.vil)	1853/26a 1876/45a	14	41 (1802-62)
José Luiz Augusto da Silva	proprietário	1876/ ?	38 (1829-45)	20
Faustino Correa			35 (1782-1824)	3
Antonio Martins de Freitas	proprietário	1853/58a	4	32 (1827-63)
Manoel Antonio Lopes	proprietário	1853/68a	19	31 (1818-56)
João Francisco Vieira Braga	Comercio(RJ) G125; (2º. Vil)		24	29(1795/1847)
Domingos Vieira de Castro	Proprietário (2º.vil)	1853/64a	9	26 (1818-55)
José Luis da Silva	Comerciante proprietário	1853/64a	6	26 (1826-55)
Antonio Teixeira de Magalhães	Proprietário (comendador)	1853/55a	20	25 (1824-63)
José Faustino Corrêa	(tenente)		19 (1789/1820)	2
Francisco Ferreira Soares	Negociante	1853/55a	16	23 (1847-56)

<sup>3</sup> A tabela foi montada a partir das fichas de história demográfica, CDH/FURG; *Livro de eleitores-1853*, Arquivo da Prefeitura de RG; e das informações contidas nos trabalhos de Ester Gutierrez e Antenor de O. Monteiro

José Silveira de Azevedo	Proprietário	1853/66a	13	23 (1830-59)
José dos Santos Magano (comendador)	Proprietário, comerciante,	1853/64a		21 (1825-50)
José de Souza Gomes	Negociante, comendador	1853/53a	10	21 (1834-57)
Eleutério Teixeira Carneiro	proprietário	1853/74a	7	18 (1814-55)
Manoel da Costa Bezerra	Comerciante Comendor	1853/61a	4	18 (1831-60)
Manoel Pereira Bastos	Proprietário(2ºvil)	1853/42a	3	18 (1821-62)
Antonio Correia de Mello	Proprietário	1853/58a	5	17 (1825-58)
Joaquim Gomes de Mello	negociante	1853/53a	13	17(1798/1845)
Antonio Soares Pinto	proprietário	1853/76a	4	16 (1826-56)
Bernardino José Marques Canarim	Negociante, com-48; G147	1853/66a		16 (1838-62)
Domingos Faustino Correa	Capitalista, estancieiro	1853/62a	10	16 (1815-63)

Na tabela, o filtro foi realizado a partir do registro de mais de 15 batismos e/ou óbitos, por proprietário, o que reduziu a lista para 24 nomes, que podem ser considerados os homens de maior cabedal para sua época. O limite de registros foi definido a partir da média de escravos, calculada por Ester Gutierrez para as charqueadas de Pelotas que girava em torno de 54 cativos, por charqueador. (GUTIERREZ, 2001, p. 178)

O primeiro deles, João Antonio Lopes, apresenta 77 óbitos, que já supera a média dos plantéis, que, segundo Gutierrez, chegava a atingir 200 cativos. Lopes é identificado como comerciante e proprietário, o que pode ser considerado característico de Rio Grande, ou seja, investimentos tanto no comércio como na produção rural. Cabe ainda ressaltar que existe o registro de José Antonio Lopes e Manoel Antonio Lopes, o primeiro aparece somente com o registro de sete óbitos, e o segundo, ocupa a oitava colocação na tabela 1, com 19 batismos e 31 óbitos. A atuação em rede familiar ou o prosseguimento dos negócios herdados da família também caracteriza o quadro das elites do Rio Grande.

As fortunas familiares propiciavam a continuidade dos negócios como no caso do terceiro nome da lista, Antonio José Afonso Guimarães, registrado duas vezes. O mais antigo tinha a patente de capitão-mór, muito comum nos homens de destaque do segundo vilamento do Rio Grande, após a expulsão espanhola, com 19 e 18 registros, respectivamente de batismo e óbito. Tudo leva a crer que o segundo Afonso Guimarães deu continuidade aos negócios,

expandindo as atividades para o Rio de Janeiro, além de ter registrado na paróquia de Rio Grande 34 batismos e 44 óbitos.

Uma comparação entre os números registrados confirma uma tendência para os plantéis mais recentes, o número de óbitos superiores aos de batismo, tendo ainda maior incidência de homens frente ao de mulheres.

No caso do primeiro proprietário, João Antonio Lopes, a proporção de óbitos é bem maior, 77, frente aos 27 batismos. O segundo nome da lista, Miguel da Cunha Pereira, obedece a mesma tendência, com 58 óbitos e 33 batismo; caso semelhante ao quarto nome da lista, Joaquim Martins de Freitas, que registra 41 óbitos e 14 batismos. Os dois últimos também têm em comum o fato de estarem citados no artigo sobre o segundo vilamento, ou seja, após a ocupação espanhola, o segundo povoamento (ou vilamento) deu origem à vila do Rio Grande.

Ainda ressaltando os vínculos familiares, o nome de Faustino Corrêa, com 35 batismos e 3 óbitos, foi mantido na tabela acima, apesar de ser de um período anterior ao que está sendo aqui tratado, porém como patriarca de uma rede familiar deve servir de exemplo dos vínculos entre os maiores proprietários de escravos na região. Dois filhos aparecem na tabela: José Faustino Corrêa e Domingos Faustino Correa, cada um apresentado, respectivamente, 19 batismos e 2 óbitos, e 10 batismos e 16 óbitos. É importante observar que Faustino e José Faustino possuem registros bem superiores de batismo, enquanto que Domingos apresenta cerca de 50% a mais de óbitos, frente aos batismos.

A família ficou conhecida, nos últimos tempos, pela longa tramitação na justiça brasileira do inventário de Domingos Faustino Correa, cujas exigências, deixadas em testamento, dificultou o seu cumprimento. Algumas delas foram cumpridas, cabendo frisar que foi cumprida a legação de dotes para ex-escravos, com as respectivas alforrias. (Cf. GULARTE, 2001) Tudo leva a crer que Domingos manteve uma prática da família de cuidado e zelo para com seus escravos. Além disso, vale ressaltar toda uma gama de compadrios formalizados por meio de apadrinhamentos, que também aparecem registrados nas certidões de batismos.

Um outro fator diferencial de Domingos Corrêa é a qualificação de capitalista, o que pode justificar um tipo de atuação diferenciada em relação aos outros parentes, indicando uma diversidade de suas atividades, conforme pode ser comprovado pelos imóveis deixados no inventário, que estão localizados na rua Riachuelo, cuja disposição é, justamente defronte ao cais do porto.

Dos nomes restantes na lista dos maiores plantéis de registro de batismo e óbito escravos figuram oito proprietários identificados com comércio ou negócios. Esse fato remete àquilo que diferencia Rio Grande em relação a outras localidades da província: sediar o principal porto de entrada e saída de mercadorias. O grande número de escravos indica algum tipo de atividade produtiva, possivelmente, no meio rural. Alguns, inclusive, são identificados como proprietários de terras e comerciantes. O caso de Domingos Faustino Corrêa já evidenciou essa tendência.

A lista fecha com mais seis nomes de proprietários com registros de batismo e/ou óbitos de no mínimo 15 escravos. Como foram adicionados na tabela 1 dois nomes que estariam fora do período estipulado, os da família de Faustino Corrêa, na contagem geral, o número de negociantes, comerciantes ou capitalista supera o de proprietários, identificado isoladamente.

Para focalizar com mais acuidade a elite riograndina, a tabela 2 mostra os comerciantes com o maior número de registro de escravos nos livros da Cúria. Tomando como base um número mínimo de 10 batismos e/ou óbitos, o resultado foi uma lista de dezoito negociantes, apresentados a seguir:

Tabela 2 – Comerciantes

Proprietário	profissão	Eleitores	No. de registro de batismos	No. de registro de óbitos
João Antonio Lopes	Com-RG 1854 proprietário	1853/82a	27	77 (1806-62)
Antonio José Afonso Guimarães	Comerciante (RJ)		34	44 (1808-50)
João Francisco Vieira Braga	Comercio(RJ) G125; 2º. Vil		24	29(1795/1847)
José Luis da Silva	Comerciante proprietário	1853/64a	6	26 (1826-55)
Francisco Ferreira Soares	Negociante	1853/55a	16	23 (1847-56)
José dos Santos Magano (comendador)	Proprietário, comerciante	1853/64a		21 (1825-50)
José de Souza Gomes (comendador)	Negociante,	1853/53a	10	21 (1834-57)
Manoel da Costa Bezerra (Comendador)	Comerciante	1853/61a	4	18 (1831-60)
Joaquim Gomes de Mello	Negociante	1853/53a	13	17(1798/1845)
Bernardino José	Negociante, RG	1853/66a		16 (1838-62)

Marques Canarim	1848; G147			
Domingos Faustino Correa	Capitalista, estancieiro	1853/62a	10	16 (1815-63)
João Simoens Lopes	Com-RG 1845 G75		5	13 (1837-41)
José Antonio Leite Guimarães	Com-RG 1847-54		1	13 (1842-54)
José Bento de Castro Guimaraens	Com-RG 1848/54		3	12 (1817-51)
Porfírio Ferreira Nunes	Negociante, Com-RG 1854	1853/48a	1	12 (1833-58)
João Antonio de Carvalho Serzedelo	Negociante, Com-RG 1854	1853/51a	1	10 (1837-62)
Manoel José da Costa	negociante	1853/34a		10 (1844-63)
Tomaz Rodrigues Pereira	Negociante, navio:Jaguarão	1853/69a	1	10 (1835-60)

O primeiro não poderia deixar de ser João Antonio Lopes, seguindo de dois negociantes com atuação no Rio de Janeiro, Antonio José Afonso Guimarães e José Luis da Silva, o que explica a ausência de seus nomes no livro de eleitores de 1853, de Rio Grande.

Segue o nome de José Luis da Silva, que, além do comércio está identificado como proprietário de terras, o que justificaria o grande plantel de escravos. Outro caso semelhante é o do Comendador José dos Santos Mangano, que, na segunda metade da década de 1840, era um dos mais ativos negociantes da cidade, tendo tido a honraria de ser o responsável pela recepção do Imperador D. Pedro II, quando esteve na cidade, em 1845. Porém, a partir de 1851, seu nome não está mais presente nas tabelas de comércio e surpreende aparecer na lista de eleitores. (*O Rio-grandense*, 1851)

A honraria da comenda também foi concedida a José de Souza Gomes e Manoel da Costa Bezerra. Mesmo que não estejam identificados como proprietário de terra, o grande número de escravos indica a necessidade de um grande número de mão-de-obra, que se explica somente em razão de atividades produtivas. Do mesmo modo que outros negociantes que não estão identificados com a terra possuem uma média de idade bastante alta, registrada nos livros de eleitores, sendo também é mais um fator que contribuiria para a acumulação de riqueza, seja sob a forma de escravos ou terras. O mais novo da lista acima, Manoel José da Costa, tinha 34 anos, seguido de Porfírio Ferreira Nunes, com 48 anos, sendo que, antes deste, três deles não estão registrados como eleitores e, por isso, não temos a informação da idade.

Porém, é interessante frisar que João Simões Lopes era um charqueador de Pelotas, fato que explica sua ausência como eleitor na cidade portuária. Os outros dois, sem as

respectivas idades, estão ligados ao comércio ultramarino e devem ser melhor analisados a partir dos dados apresentado na tabela 3:

Tabela 3 - Negociantes do comércio ultramarino

Proprietário	profissão	Eleitores	No. de registro de batismos	No. de registro de óbitos
José Antonio Leite Guimarães	Exportador charque Exportador couro		1	13 (1842-54)
José Bento de Castro Guimaraens	Exportador couro		3	12 (1817-51)
Porfírio Ferreira Nunes	Importador de sal Exportador charque	1853/48a	1	12 (1833-58)
Joaquim Gonçalves Cascão	Importador de sal Exportador charque			4 (1855-8)
José Moreira da Costa Sol	Importador de sal Exportador charque Exportador couro			3 (1845)
Francisco da Silva Flores	Exportador charque Exportador couro	1876/54a (4:000\$)		3 (1851-63)
Joaquim de Freitas Vasconcelos	Exportador charque Exportador couro		3 (1834)	1
Boaventura da Silva Vinhas	Exportador charque			2 (1855-62)
Marcos Pradel	Importador de sal Exportador couro		2 (1844-45)	1
Eufrázio Lopes de Araújo (barão de S. José do Norte)	Importador de sal Exportador charque Exportador couro	1853/46a 1876 (6:000\$)		2 (1852-62)
João Agostinho da Silva	Importador de sal Exportador couro			2 (1860)
Antonio da Silva Ferreira Tigre	Exportador charque			1 (1851)
Pablo Goicochea	Importador de sal Exportador couro			1 (1847)
Antonio de Siqueira	Importador de sal	1853/51a		1 (1852)

Os nomes, citados na tabela acima, podem ser considerados os principais comerciantes do Rio Grande. No trabalho sobre o comércio do sal, Josiane Alves da Silveira (2006)



identificou os principais importadores de sal e exportadores de charque e couros. Vale lembrar que a venda do para o mercado interno também era considerada exportação de produto despachado do porto gaúcho. Em contrapartida, os exportadores de couro tinham suas remessas direcionadas para a Europa e Estados Unidos, isso evidencia a atuação de redes internacionais em Rio Grande, conectadas com os principais portos do Atlântico norte.

Somente os três primeiros nomes tinham registros números de batismo ou óbito, sendo que a maior parte registrou números bem inferiores, sendo que, em sua grande maioria, tratava-se de óbitos. Como a maioria não está registrada como eleitor em Rio Grande, tudo leva a crer que, eventualmente, algum escravo poderia ter falecido enquanto sua embarcação estava atracada na cidade. Como já foi falado, no comércio, era mais freqüente a contratação de alugueis de escravos ao invés da compra definitiva desse trabalho. Além disso, muitas vezes, era necessário um serviço especializado para o reparo de navios, por exemplo, cuja demanda de serviço era ocasional.

Nota-se que um dos nomes mais conhecidos na época, dono de uma das maiores fortunas Eufrazio Lopes de Araújo, barão de S. José do Norte, registrou somente dois óbitos e era cidadão nascido na cidade. Em sua biografia, no entanto, aparece também como pecuarista e proprietário estancieiro, cujas terras podem ter sido adquiridas em período posterior à década de 1850. (NEVES, p. 48)

Nas tabelas de comércio, Eufrazio tinha ligações, principalmente, com o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, caracterizando as redes do comércio de charque, que atuavam basicamente no mercado interno, buscando, eventualmente, o produto uruguaio ou argentino para abastecer as cidades brasileiras. Outro nome com o mesmo perfil e com muitos carregamentos registrados é o de Porfírio Ferreira Nunes, que apresenta um número maior de registros nos livros da Cúria, 12 óbitos.

Outros nomes fazem parte de firmas mercantis, como a de Leite Guimarães & Cia, Bento & Irmãos, Cascão & Irmãos e Tigre & Irmão.

As duas últimas, Cascão & Irmãos e Tigre & Irmão, tinham um perfil semelhante aos negociantes de charque, citados, trazendo sal do Rio de Janeiro e enviando charque, no retorno. Enquanto que Leite Guimarães & Cia e Bento & Irmãos estavam envolvidos nas redes internacionais, com exportação de couros para os Estados Unidos e Europa.

Já o comerciante José Moreira da Costa Sol estendia seus negócios para o Rio de Janeiro e portos da Bahia e Pernambuco. Muitas vezes, essa amplitude facilitava negócios fraudulentos, conforme escreveu Mauá, do Rio de Janeiro, para seu gerente, em Rio Grande,

sobre uma ação judicial movida pelo então barão, entre 1860 e 1862, por negócios realizados no Nordeste. (*Correspondência*, 1860-1861)

A lista de nomes da tabela 3 evidencia o fato de que, em Rio Grande, riqueza não poderia ser medida somente pela propriedade de escravos porque esses comerciantes envolvidos nas redes de comércio internacionais tinham sua fortuna acumulada na intermediação da produção de derivados do gado e integravam a elite dos negociantes de grosso-trato, conforme demonstrou Fragoso. (1992)

No entanto, o comércio de grosso estava nas mãos, em sua grande maioria de firmas estrangeiras, cujas redes tinham uma amplitude global e, por isso, tinha maiores facilidade para garantir o escoamento das mercadorias produzidas e suprir as demandas, como no caso sal, de produtos vindos do exterior.

A lista de negociantes estrangeiros, que atuavam Rio Grande, apresentada na tabela 4, confirma a inserção do porto gaúcho nas redes mercantis internacionais:

Tabela 4 – Negociantes estrangeiros do comércio ultramarino

Proprietário	profissão	No. de registro de batismos	No. de registro de óbitos
Christiam H.Claussem	Importador de sal Exportador couro		4 (1852-61)
Frederico Pradel	Importador de sal Exportador couro	4 (1845)	
Marcos Pradel	Importador de sal Exportador couro	2 (1844-45)	1
Adolfo Hugentobler	Importador de sal Exportador couro	1 (1838)	1 (1844)
Jansen & Preisch	Importador de sal Exportador couro		1 (1855)
Hughes Brothers & Cia	Importador de sal Exportador couro		
Lind & Cia	Importador de sal Exportador couro		
Wigg	Importador de sal		
J.F. Metzler	Exportador couro		
Holland Davis & Cia	Exportador couro		
Daisson & Lirou	Exportador charque		

A tabela acima revela que pelo menos cinco estrangeiros registraram batismo e/ou óbito na Cúria do Rio Grande, enquanto que os seis restantes não estão citados nos livros.

O primeiro da lista, Christiam H.Claussem, tem registrado como cônjuge, Joana Manuela Rodrigues, e os quatro falecimentos são de escravos com idades que variam de 35 a 60 anos, com datas entre 1852 e 1861. Essas informações confirmam as indicações de que esse negociante alemão fixou residência na cidade durante um longo período.

Na seqüência, os dois Pradel somam seis batismos, e os batismos dos escravos de Frederico Pradel foram feitos na mesma data, em 6 de janeiro de 1845, de cativos com idades variando entre 9 e 16 anos, sendo dois homens e duas mulheres. Esse plantel pode ser um bom exemplo de uma criadagem doméstica para um morador da cidade. Além do mais, a ligação da firma de Marcos Pradel, normalmente, se dava com Marselha, cujos hábitos com criadagem escrava poderia ser mais comum, além de associá-los a hábitos católicos.

A maior parte dos estrangeiros não possuem registros nos livros da Cúria, o que pode explicado pela permanência breve na cidade, muito entre os representantes de casas estrangeiras, cujos serviços domésticos poderiam estar sob a coordenação de gerentes locais, que seriam os proprietários dos serviçais, ou então havia a vontade de contratar pessoas livres, de acordo com o costuma do país de origem.

A seguir, será apresentada a tabela de proprietário de terras para que as informações possam ser comparadas com as dos agentes mercantis.

Tabela 4 – Proprietários de terra

Proprietário	profissão	Eleitores	No. de registro de batismos	No. de registro de óbitos
João Antonio Lopes	Com-RG 54 proprietário	1853/82a	27	77 (1806-62)
Antonio Martins de Freitas	proprietário	1853/58a	4	32 (1827-63)
Manoel Antonio Lopes	proprietário	1853/68a	19	31 (1818-56)
Domingos Vieira de Castro	Proprietário (2°.vil)	1853/64a	9	26 (1818-55)
José Luis da Silva	Comerciante proprietário	1853/64a	6	26 (1826-55)
Antonio Teixeira de Magalhães	Proprietário comendador	1853/55a	20	25 (1824-63)
José Silveira de Azevedo	Proprietário	1853/66a	13	23 (1830-59)
José dos Santos Magano (comendador)	Proprietário, comerciante,	1853/64a		21 (1825-50)
Eleutério Teixeira Carneiro	proprietário	1853/74a	7	18 (1814-55)
Manoel Pereira Bastos	Proprietário 2°vil	1853/42a	3	18 (1821-62)
Antonio Correia de Mello	Proprietário	1853/58a	5	17 (1825-58)
Antonio Soares Pinto	Proprietário	1853/76a	4	16 (1826-56)

Domingos Faustino Correa	Capitalista, estancieiro	1853/62a	10	16 (1815-63)
Antonio Cristovão da Rocha	Proprietário	1853/61a	2	12 (1844-63)
Manoel Teixeira Porto	proprietário	1853/84a	5	12 (1812-58)
José Antonio da Sylva	proprietário	1853/64a	2	11 (1827-60)
Jacinto Roque Ferreira	proprietário	1853/70a	4	11 (1822-55)
Angelo Pinto	proprietário/ criação	1853/64a	10 (1815-42)	3
Manoel Silveira de Azevedo	proprietário	1853/59a	5	11 (1823-63)
Carlos Cosme dos Reis	Proprietário 2ºvil	1853/81a	10 (1802-45)	3
Francisco de Miranda Ribeiro	Proprietário	1853/69a	10 (1814-43)	8
Francisco Silveira de Azevedo	proprietário	1853/64a	2	10 (1833-59)
Moizes Rodrigues de Araújo Castro	proprietário	1876/69a	10 (1844-45)	1

A tabela soma 23 nomes de proprietário de terra que registraram no mínimo dez batismos e/ou óbitos na Cúria do Rio Grande. A primeira característica é a grande quantidade de óbitos frente aos batismos. Isso aparece com frequência nos planteis posteriores a década de 1830, confirmando o largo uso da mão de obra escrava após a disseminação das charqueadas.

A pequena quantidade de batismo dá conta da parca reprodução e da ausência da família escrava, uma vez que a reconstituição do trabalho era realizada por meio da compra de africanos, pelo menos, até 1850, enquanto o tráfico se manteve ativo.

Todos estão identificados no livro de eleitores, o que leva a crê que suas propriedades estariam localizadas no espaço rural do Rio Grande. Nesse caso, essa lista estaria contemplando os principais charqueadores riograndinos. É importante lembrar que a historiografia dá conta de que as estâncias tinham um número reduzidos de escravos, em comparação com os grandes plantéis, requerido pela indústria do charque. Observa-se que apenas um está identificado como estancieiro e um outro como criador.

Na tabela, outro dado a ressaltar é a idade avançada dos proprietários e os registros cobre um longo período temporal. Tudo indica que os planteis foram sendo formados, ao longo do tempo, e mantidos com a compra de cativos africanos, uma vez que boa parte possui identificação da nação da qual são oriundos.

As informações sobre os proprietários ainda estão em fase de levantamento de fontes, do mesmo modo que a identificação das atividades urbanas, entradas nos livros de eleitores.

Na tabela a seguir estão relacionados os proprietários de escravos, cujas profissões podem dar uma idéia da diversidade da população de uma cidade portuária.<sup>4</sup>

Tabela 5 - Outras profissões

Proprietário	profissão	Eleitores	No. de registro de batismos	No. de registro de óbitos
José Gabriel Ferreira	empregado	1853/65a	1	12 (1838-50)
José Maria Gomes(pardo)	ourives	1853/34a		5 (1842-59)
Candido Alves Pereira	advogado	1853/41a	1	4 (1841-62)
Clemente José da Costa	marítimo	1853/45a		4 (1848-59)
João José Gomes da Costa e Silva	Professor de 1ª.letra	1853/54a	1	4 (1850-2)
José Joaquim Soares Coimbra	despachante	1853/66a	2	4 (1850-7)
Bernardino Ferreira de Lemma	solicitador	1853/38a		3 (1856-60)
Bernardo Machado da Cunha (brigadeiro)	Cirurgião-mór	1853/63a	3 (1828-46)	3 (1845-58)
José Antonio	Mestre de barco			3 (1823-30)
Manoel Antonio de Freitas	pescador	1853/35a		3 (1850-62)
Francisco de Paula Couto	farmacêutico	1853/39a		2 (1859-62)
José Dias de Menezes	serralheiro		2 (1841-59)	2 (1843-52)
Manoel José de Barros	carpinteiro	1853/25a	2 (1841)	
Manoel Rodrigues Raimundo	Mestre-escola	1853/37a		2 (1845-7)
Antonio José Ferreira	sapateiro	1853/24a		1 (1845)
Caetano Gomes de Souza	alfaiate	1853/49a		1 (1846)
Francisco Antonio Rodrigues	marceneiro	1853/35a		1 (1856)
Francisco Fernandes	tanoeiro	1853/58a	1 (1837)	
João Luis Lamas	Contador	2º.vilamen	1 (1820)	
Lourenço Corrêa	calafetor	1853/32a		1 (1852)
Manoel do Nascimento	pedreiro	1853/47a		1 (1833)
Porfírio Canceiro de Lima	capataz	1853/25a		1 (1863)

Na elaboração da tabela acima, o objetivo foi, somente, o de apresentar a diversidade de profissões, não foi feita um levantamento quantitativo, nem foi ainda dimensionado a associação entre a quantidade de cativos e o tipo de trabalho. Na lista estão apresentados

<sup>4</sup> A pesquisa e o levantamento de fontes estão sendo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa, vinculadaa às linhas que estudam o comércio e o escravismo.

aqueles com maior números de registros de batismos e óbitos, sendo que a grande maioria está na faixa de um a dois registro de nascimento ou óbito.

O primeiro da lista aparece identificado apenas como empregado, porém, a quantidade de óbitos dá uma dimensão de que tinha rendas para adquirir tal plantel. Na época o trabalho de agente mercantil poderia ser a justificção dessa riqueza, inclusive para trabalhar na firma e para as demandas ocasionais, em que poderiam ser alugados.

Na seqüência, a função de ourives e de advogado por só explicam a presença de escravos e de riqueza acumulada herdada, que, junto com o professor de letra e o cirurgião, necessitam de aprimoramento cultural, e somente uma família de posses poderia ter bancado a formação.

Sob a rubrica de marítimo há uma quantidade muito grande eleitores inscritos no livro de 1853 e não foi possível ainda averiguar exatamente a função exercida, o mesmo comentário vale para a atividade de solicitador. Outras profissões que podem estar vinculados ao porto como o mestre de barco, pescador, calafetor, marceneiro, contador, carpinteiro, serralheiro.

Por fim, aparecem as profissões que são características da cidade: alfaiate, pedreiro, tanoeiro, sapateiro e farmacêutico. Restando apenas o capataz como exemplo de que o campo está presente na cidade.

\*\*\*\*\*

Para concluir esta primeira incursão no mundo da elite riograndina, cuja pesquisa encontra-se em andamento, é necessário refletir sobre questões que podem ser levantadas a partir dos dados apresentadas.

Nesse primeiro momento, foram identificados os nomes mais significativos da elite riograndina. O próximo passo, deve ser a busca de informações mais detalhadas das atividade econômicas e práticas políticas e sociais desses proprietários.

O objetivo maior é construir um estudo prosopográfico, cujo método consiste em analisar os grupos econômicos por meio da investigação de características básicas comuns a um grupo de indivíduos através do estudo coletivo de suas vidas. (STONE, 1987, p. 45) Peter Burke realizou este tipo de estudo sociológico das elites a partir de três critérios: status, poder e riqueza. Uma das vantagens desse recorte horizontal é a possibilidade de se observar a interação de fatores econômicos, políticos e culturais na vida de um grupo. (BURKE, 1991)

No caso desta pesquisa, o estudo da elite riograndina teve como referência a propriedade de escravos, que, em uma sociedade escravista, pode ser considerada uma medida de valor, além do que, em uma sociedade dessa natureza, ser senhor era sinônimo de status social. Soma-se a isso a riqueza acumulada no comércio de importação e exportação, cuja riqueza também representava poder e prestígio social, haja visto, a outorga de comendas e títulos nobiliárquicos a comerciantes de grosso trato.

Em função dessa diversidade, torna-se prudente estender o estudo para um período que supere uma geração e seja possível averiguar as mudanças ocorridas na transferência de riqueza. Ainda que sejam considerações preliminares, é possível afirmar que, em meados do século XIX, duas formas de acumulação estavam em processo de expansão: a produção industrial das charqueadas, e o comércio de exportação do charque e do couro, e de importação do sal.

Em alguns casos, as duas atividades poderiam estar nas mãos dos mesmos agentes econômicos, porém, a atividade mercantil pressupunha mudanças culturais que estivessem em sintonia com os agentes inscritos nas redes mercantis regionais e internacionais. A própria constatação dessa diversidade poderia já ser um sinal de uma mentalidade capitalista, tanto que um proprietário de terras de uma família tradicional, como Domingos Faustino Corrêa, está identificado também como capitalista, e seu inventário confirma o investimento em imóveis na orla portuária. O seu plantel difere do restante da família por ter um número mais equilibrado de óbitos frente ao de batismos.

A pesquisa ainda está no início para que outras inferências possam ser realizadas sem o risco de se adiantar conclusões sem base de sustentação. Porém, as primeiras indicações revelam que um estudo das elites de Rio Grande pode trazer um novo quadro desta cidade que nasceu da desativação da colônia de Sacramento, recebendo muitos de seus habitantes, conforme consta nas folhas dos livros batismais, que podem ter trazido não somente riquezas móveis, como também toda uma rede de contatos já estabelecidos há dezenas de anos, para o acesso ao Rio da Prata.

## BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter – *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991

*Correspondência ativa, comercial do Barão de Mauá*. Originais com cópias datilografadas. 1860-1861 - IHGB, Doc. 10, Lata 513

FRAGOSO, José Luís Ribeiro - *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992

GORENDER, Jacob – *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978

GULARTE, Virgilina E. – “O processo de inventário do Comendador Faustino Correa”. *Justiça & História*. Vol 1 – nº 1 e 2, 2001

GUTIERREZ, Ester J. B. – *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001

*História Demográfica*. CDH/FURG

*Livro de eleitores - 1853*. Arquivo da Prefeitura do Rio Grande: Coleção da Câmara Municipal

MONTEIRO, Antenor de O. – “Os Homens do Segundo Vilamento do Rio Grande”. *RIHGRS*,. Porto Alegre: 1947 – (nº 1054 a 108)

NEVES, Décio Vignoli das – *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: Academia Rio-Grandina de Letras, tomo 3

*O Rio-grandense*. 1845-1854

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline – *A vila do Rio Grande de São Pedro. 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987

SILVEIRA, Josiane Alves da - *Rio Grande: portas abertas para as importações de sal no século XIX*. Monografia de conclusão de curso, apresentada na o Departamento de Biblioteconomia História, FURG, 2006

STONE, Lawrence – *The past and the present revisited*. London and New York: Reutledge & Kogan Paul, 1987